

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO JUNTO À ESCOLA REGULAR

Autor: David Alex Santos da Silva; Co-autor: Manoel Anório Apolônio Filho

Escola Padre Antônio Callou de Alencar

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão sobre os principais desafios e estratégias de inclusão de pessoas surdas na escola regular, contendo uma trajetória histórica quanto à educação de surdos no mundo e no Brasil. Assim, a inclusão na escola regular se tornou um grande desafio para os professores, pois de certa forma precisam (re)aprender a lidar com as diferenças existentes dentro da sala de aula e administrar isso de forma que nenhum aluno seja vítima de discriminação ou inferiorizado pelos demais colegas. Ao pensar em inclusão é possível encontrar algumas barreiras sociais e familiares integrantes de bagagens culturais que carregam de geração em geração. Quando o aluno ingressa na escola no processo de inclusão, o professor encontra na família a primeira barreira no progresso e formação do sujeito, que também devido suas fragilidades e/ou, até mesmo, por serem vítimas das mais diversas discriminações provocadas pela sociedade que estão inseridas não consegue assimilá-los devido sua insegurança. O professor e a instituição de ensino, ao receber o aluno, precisam administrar essa diversidade de informações negativas e transformá-las em positivas para atender o aluno com qualidade, na tentativa de ressignificar a “(re)inserção” dele na sociedade. Esse artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos e leis em que os autores como Cunha (1988), Goldfeld (2002), (Carvalho (2007), Strobel (2008), entre outros que abordaram esse tema trazendo uma contribuição ao processo de inclusão do aluno surdo no âmbito educacional.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Surdos, Libras.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é refletir sobre as dificuldades de estudantes surdos na escola regular quanto ao processo de inclusão. Isso resulta em exclusão e dificuldade no processo de aprendizagem do mesmo. O tema “A inclusão do aluno surdo junto à escola regular” surgiu pelo desejo de compreender os benefícios de existir a inclusão, trazendo benefícios positivos. Hoje, todos querem e precisam de uma educação Inclusiva que ajude estabelecer relações, que respeite as diferenças e que prepare para a vida, valorizando desta forma a participação espontânea em grupos diferentes no processo de desenvolvimento das habilidades cognitivas, por meio de propostas pedagógicas através de situações desafiadoras que proporcionem a integração como um todo, sendo desenvolvidas em um ambiente adequado para todos. Este artigo teve uma pesquisa bibliográfica e tem o intuito de tratar o processo de inclusão de pessoas surdas nas escolas de ensino regular, refletindo sobre a sua trajetória e fazendo menção a este processo de desenvolvimento.

Se houver fatores e situações de exclusão é preciso estabelecer junto a Equipe Pedagógica metas a fim de acabar com essas situações junto aos estudantes, tornando a escola um lugar único de troca de experiências e aprendizagens significativas para todos.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

As escolas acataram prontamente a proposta de inclusão, mas será que os professores atuantes nessas escolas estão preparados para atender essa demanda tão diversificada e presente cada vez mais no cotidiano escolar? É o que se discutirá um pouco neste trabalho, fazendo menção histórica do processo de educação da pessoa surda e trará como aporte teórico o trabalho dos estudiosos: Cunha (1988), Goldfeld (2002), (Carvalho (2007), Strobel (2008), entre outros.

A inclusão da pessoa surda

A inclusão dos surdos na escola regular tem papel fundamental na vida destes, vistos que precisam de uma melhor comunicação por meio da Libras; assumindo o compromisso na formação social e cultural utilizando-se de metodologias adequadas de conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e históricos.

Contudo, muitas vezes é um desafio ir à escola, visto que muitas vezes se observa uma exclusão quando ao aluno surdo e o mesmo retorna à sala de aula, carregado de sentimentos de insegurança, aflição, desvalorização pessoal e de fracasso frente aos novos desafios que se impõem. Por isso, a preocupação quanto à inclusão é que ela não seja primitiva, burocrática ou puramente quantitativa. Exigindo a construção de novos conhecimentos e novos métodos devido à especificidade da população atendida.

Conforme contemplado no Parecer nº 17/2001 – CNE/CEB, é direito da pessoa surda, como de todos os cidadãos, sentir-se e perceber-se parte integrante da vida social.

Conhecendo esse contexto e visto que a inclusão se configura como um dos temas mais complexos no âmbito escolar, como e de que maneira que se pode contribuir para o ensino do professor e aprendizagem dos nossos alunos, pois não é somente o aluno que deve se adaptar à escola, mas é também necessária a adaptação de toda a comunidade escolar ali envolvida. Para tanto se torna necessário divulgar a necessidade da Libras nesse processo de inserção educacional e social dos surdos, como visto no Decreto Federal nº 5626/05, em seu artigo 14, inciso V determina o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos, torna-se necessário que a escola em sua função social, possibilite o acesso e a garantia às pessoas que dela necessitam.

A história dos surdos e a conquistas de seus direitos

Durante muitos anos, na Antiguidade, os surdos ou qualquer pessoa com deficiência eram totalmente excluídos da sociedade. Havia ocasiões em que eram arremessados em altos rochedos ou abandonados na floresta.

Na Idade Média a pessoa com deficiência, agora humanizada, ou seja, detentora de uma alma, os cuidados passaram a ser assumidos pela família e pela Igreja.

Já no fim do século XV e com o avanço da medicina, surgem então os primeiros hospitais psiquiátricos, consistindo na retirada das pessoas das suas comunidades para serem mantidas em isolamento, do resto da sociedade.

Nessa época os surdos eram considerados incapazes de serem ensinados e eram forçados a fazer os trabalhos mais desprezíveis do mundo, viviam na maioria das vezes abandonados, na miséria sendo considerados imbecis pela sociedade e pelas leis vigentes da época. (GOLDFELD, 1997).

A primeira escola para surdos surgiu na França por volta de 1712 a 1789, pelo professor L'Épée . Onde era utilizada uma mistura de sinais com gramática, visando ensinar os surdos, a ler, escrever.

O inglês Thomas Braidwood e o alemão Samuel Heinecke conduziram realizações práticas com essa metodologia, onde Heinecke inventou o método oral para ensinar surdos-mudos a ler e falar mediante movimentos normais dos lábios, conhecido nos dias de hoje como leitura orofacial (MAZZOTTA, 2005).

Em 1791 a primeira escola torna-se o Instituto Nacional de Surdos e Mudos de Paris, somente em 1950, na Alemanha, surge à primeira escola pública para deficientes auditivos.

No século XIX, os Estados Unidos alcançaram um grande espaço na educação especial para deficientes auditivos com a primeira escola americana para surdos, a qual em 1864 se transformou na única Universidade para deficientes no Mundo.

O marco na educação dos surdos foi em 1880, em Milão, no Congresso Internacional de Educadores Surdos, no qual foi instituído o Oralismo como melhor e único sistema para a educação dos surdos, tendo sido proibido professores surdos no sistema de ensino. Naquele momento, nem todos participaram da votação, como aconteceu com um professor surdo. O oralismo passou a ser referência, não sendo questionado por séculos, apesar dos surdos continuarem a difusão do Gestualismo, mas de maneira camuflada entre eles.

No Brasil, a educação dos surdos teve início com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, em 1857 pelo professor Enert Hüet. No início os surdos eram educados por linguagem escrita, articulada e falada, datilografia e sinais (MAZZOTTA, 2005).

A ênfase na educação de alunos surdos se dá em 1957 onde tivemos iniciativas oficiais, sendo instalado o Instituto Nacional de Educação de Surdos INES no Rio de Janeiro com a finalidade de promover meios e medidas a educação e assistência a essas pessoas surdas. (MAZZOTTA, 2005)

Houve também, no Brasil, um momento em que a Comunicação Total foi bem valorizada e aceita como melhor método de comunicação. Porém, depois de um tempo percebeu-se o insucesso do mesmo na educação e para fortalecer a luta pela Libras e direitos da pessoa surda foi criada a FENEIS (a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos), na década de 80 no Rio de Janeiro.

Em 1993, vale ressaltar a criação e o reconhecimento da sigla LIBRAS, o Programa Vejo Vozes, da TV Educativa, a lei nº 10.436/02 que dispõe sobre a Libras e o Decreto federal nº 5.626/05 que regulamenta a Lei nº 10.436/02.

A lei nº 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional visa à garantia do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

De acordo com esse texto Constitucional de 1996, a educação especial é definida no artigo 58, como a modalidade de educação escolar na rede regular de ensino, para educar portadores de necessidades especiais. Portanto tem-se um detalhamento de como na teoria este processo deveria ser.

Houve vários avanços desde os primórdios até os dias atuais, sendo conquistada a partir da constituição de 1988 o direito ao estudo e educação de Libras, bem como a inclusão da Libras no ensino regular e a formação de professores de Libras.

Sabe-se que como em qualquer língua, a aprendizagem depende da interação, portanto cabe destacar que se torna imprescindível que a criança surda tenha acesso o mais cedo possível. Lopes (2006, p. 72) enfatiza que a língua de sinais, é um elemento mediador entre o surdo e o meio social em que vive, por seu intermédio, os surdos demonstram suas capacidades de interpretação do mundo.

A Comunidade Surda Brasileira comemora 26 de setembro, o Dia Nacional do Surdo, data em que são lembradas as lutas vividas por melhores condições de educação, saúde, dignidade e cidadania, data essa que foi fundada a inauguração da primeira escola para surdos, INES.

Língua Brasileira de Sinais (Libras)

A prática do ensino de sinais no Brasil está diretamente ligada à fundação do Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES, mas mesmo antes disso, os surdos no Brasil, já se comunicavam por meio de sinais.

Foi no Instituto Nacional de Educação de surdos – INES que os iniciadores da educação dos surdos de diversos estados buscaram a formação na área, e também lá que os ex-alunos surdos difundiram a mistura da LSF – Língua de Sinais Francesa – com os sinais já usados pelo povo surdo brasileiro, originando a Língua Brasileira de Sinais, também chamada de LIBRAS (STROBEL, 2008, p. 90).

A Língua Brasileira de Sinais como já dito anteriormente sofreu influências pela Língua de Sinais Francesa (LSF) e posteriormente pela Língua Americana de Sinais (ASL), surgindo dessa maneira às combinações de configurações de mãos, movimentos e pontos de articulação – locais no espaço ou no corpo onde sinais são realizados, transmitindo assim ideias e fatos. Como em qualquer outra língua também existem diferenças regionais.

Mesmo com as importantes conquistas alcançadas pelos surdos, ainda existem atitudes preconceituosas ou mitos em relação à Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Atualmente, alguns desconhecem que os surdos não partilham da “visão ouvinte do mundo” e acreditam que a simples imersão deles em ambiente de oralidade é suficiente para que adquiram a língua oral. A pura imersão, entretanto, não garante a aquisição da Língua Portuguesa por surdos (BARROS; MARQUES, 2009).

Deste modo, acredita-se que seja suma importância a necessidade dos surdos terem como língua materna a modalidade de sinais, permitindo-lhes o seu desenvolvimento e entendimento sobre como os princípios são organizados. Desta maneira, além de adquirirem uma modalidade que os levará a uma socialização nas comunidades surdas, terão mais chances de se tornarem pessoas letradas em ambas as particularidades, a dos ouvintes e a dos surdos.

A inclusão de alunos surdos na Escola Regular

A Educação inclusiva contribui para uma educação diferente, com práticas inclusivas na formação de indivíduos críticos “para decidir e não para servir” e preparados para assumir posições e tomar decisões (Santos, 2006).

Essas práticas compreendem a educação como um direito fundamental para uma sociedade justa. Sabe-se que, no entanto, ela não acontece em um passo de mágica, essa conquista requer muito trabalho e dedicação de todos os envolvidos nesse processo.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

Essa inclusão deve ser um processo individual, possibilitando o progresso e o êxito desse aluno. Isso evidencia a necessidade de aprofundar os conhecimentos dos professores, fornecendo-lhes suporte para um trabalho efetivo com o aluno.

Mas o que acontece realmente, é que a maioria dos educadores desconhecem a Língua de Sinais, o que dificulta e muito o processo de ensino-aprendizagem, isso pode ser percebido em salas que tem atuação de intérprete onde a falta de comunicação entre professor e aluno é perceptível. Apesar de atualmente ser uma disciplina em expansão, ainda são comuns situações de interações entre professor-aluno mediadas apenas pela língua oral.

Não é fácil para o aluno surdo quando sua única forma de comunicação é por meio de um intérprete, aonde os demais estudantes e professores não conhecem a Libras e não há incentivo quanto ao uso da mesma.

Portanto, em muitos lugares, a inclusão ainda acontece de forma parcial, pois há o despreparo dos educadores em lidar com o aluno surdo. Apesar dessa inclusão, caminhar a passos lentos, a educação de jovens e adultos está sempre pronta a receber essa clientela. O que vem auxiliando esse trabalho a ser realizado é que nos dias de hoje pode-se contar com a ajuda de profissionais da área – Interpretes – para auxiliar nesse processo de adaptações e de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre as dificuldades quanto à inclusão de alunos Surdos no ensino regular abre espaço para novos estudos nessa área. É notório considerar algumas reflexões sobre a importância em incluir a pessoa surda na sala de ensino regular de forma respeitosa, aceitando as diferenças de cada um, tanto do aluno que vai ser incluso quanto dos demais que precisam aprender a conviver com essas diferenças sem causar nenhum tipo de preconceito e discriminação.

O estudante surdo ao ingressar na escola de ensino regular antes de qualquer coisa precisa estar apto a aceitar as suas diferenças e conviver com elas, porém isso necessita de parceria entre escola e família, pois cada um reage a sua maneira diante de suas fragilidades.

As secretarias ao propor a efetivação de inclusão nas escolas regulares, tem sustentado a capacitação do professor para atuar junto aos alunos e comunidade escolar, enfatizando a importância em criar novas propostas de ensino que venham de encontro a cada necessidade em específico, agregando novo conhecimento para o repertório social que o aluno já possui,

pois precisamos considerar que ele não vem para escola vazio de conhecimento, somente se faz necessário adequar para ser usado da melhor forma possível no convívio em grupo.

As características dos alunos com surdez são distintas umas das outras e por isso a necessidade de se adequar atividades lúdicas de forma individual, para atender parte da demanda de conhecimento, o professor não deve se ater a metodologias prontas, mas inovar de acordo com a capacidade de cada aluno e seu contexto social, que contribui significativamente para seu sucesso ou fracasso dentro de uma sala de aula.

Cabe à escola e a equipe pedagógica traçar caminhos que levem ao verdadeiro processo de inclusão, com materiais adequados, assessoramento e avaliações junto à professora regente, da sala de ensino regular, e somente com o intuito de perceber os avanços, e se autoavaliar de acordo com suas expectativas de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BRASIL. Parecer n. 17/2001. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001.

CARVALHO, P. V. **O Abade de L'Epée no Século XXI**. 1ª Jornadas da LGP. Língua. Ensino, Coimbra: ESEC, 2012.

Cunha, A. C. B., & Enumo, S. R. F. (2010). **Fundamentos teóricos para construção das práticas em Educação Inclusiva**. LABORE – Polêmica - Revista Eletrônica, v. 9, n. 1, p. 92-99, janeiro/março 2010. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/2712>. Acesso em 02 de out de 2016.

DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004, **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2 de dezembro de 2004.

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005, **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 de dezembro de 2005.

GOLDFELD, M. **A criança surda**. São Paulo: Plexus editora, 1997. http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/ceciliasueko.pdf. Acesso em 08 de jun de 2018

IDALGO, A. **Língua de Sinais (LS), Língua de Sinais Brasileira (Libras)**. n. 16 ano.17. Londrina: UEL- Proene, 2008.

LEI nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002, **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 24 de abril de 2002.

MOTA, B. **Pessoas Surdas: Direitos, Políticas Sociais e Serviço Social**. http://www.editora-arara-azul.com.br/cadernoacademico/012_anexos_pessoas_surdas_direitos_politicas_sociais_e_servico_social_barros_hora.pdf. Acesso em 01 de Nov de 2016

SKLIAR, Carlos; **A Surdez, um olhar sobre as diferenças**. 3ª edição; ed. Mediação – Porto Alegre – RS – 2005.

STROBEL, Karin Lílian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFS